

AVANÇANDO PELA ENCOSTA: CONDIÇÕES DE MORADIA DOS POBRES URBANOS NA ERA VARGAS

Silvia Maria Fávero Arend
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Resumo

Neste artigo, a partir de documentação emitida pelo Juizado de Menores da Comarca da Capital, apresenta-se uma reflexão sobre as práticas das famílias pobres da cidade de Florianópolis na década de 1930 em relação ao seu *habitat*. Neste estudo enfoca-se os locais da urbe que passam a ser habitados por essas pessoas, as condições de moradia a que estas famílias estavam submetidas e a perspectiva de integração dessa população, como mão-de-obra, através da edificação de uma importante via pública, a avenida Mauro Ramos.

Palavras-chave: Grupos populares urbanos – Família – Políticas sociais – Urbanização.

Abstract

In this article, in accordance with documentation expressed by Minor Court of County Capital, presents one reflection about the practice by poor families from Florianópolis, in 1930 decade in relation of their habitat. In this study the approach is the local *urbe* that pass to be “lived in” for these people, the residence conditions that these families are submitted and the perspective for unite themselves, like labor, across the construction of the important public route, Mauro Ramos Avenue

Key words: Urban popular groups – Family – Social politics – Town planning.

De forma similar a todo viajante que chegava à Ilha de Santa Catarina vindo do continente, Alfredo avistou, em primeiro plano, a baía Sul, emoldurada pela ponte pênsil que ligava a região do Estreito às terras insulares. A grande obra de engenharia, que fora inaugurada em 1926, certamente provocava alguma curiosidade nas pessoas que a viam pela primeira vez. Só então

a região central de Florianópolis, ao longe, descortinou-se sobre os seus olhos. Talvez fosse o maior centro urbano que já vira. O homem estava cansado, pois viajara muitas horas para percorrer o trajeto entre o município de Criciúma, situado no Sul do Estado, até a capital catarinense. Junto com Alfredo vinham sua mulher, seus filhos consangüíneos e o jovem Joaquim que convivia com a família desde “tenra idade”.¹ Na década de 1930, os migrantes pobres como Alfredo atravessavam a ponte Hercílio Luz e se instalavam em moradias existentes na Ilha de Santa Catarina.

Alfredo e sua família migraram para a capital catarinense no momento em que foram instituídas para os “trabalhadores do Brasil” políticas sociais nas áreas do direito trabalhista, da previdência social, da saúde pública e da economia. Essas políticas públicas de caráter nacional do primeiro governo Vargas somam-se a outras ações no campo do social levadas a cabo pelas autoridades em âmbito regional e municipal. Em 1935, com o aval do governador Nereu Ramos, é criado o Juizado de Menores da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina. Logo após a gênese dessa instituição, os representantes do Poder Judiciário implementaram um conjunto de ações % a liberdade vigiada, a escola do Juizado de Menores, a denominada “colocação familiar”, etc. % cuja população alvo era primordialmente os filhos e filhas das famílias pobres que habitavam no município.

Nesse artigo, através dos registros efetuados pelo magistrado, Promotor Público, Médico do Juizado e Comissários de Vigilância que atuavam no dia-a-dia no Juizado de Menores, apresentaremos uma reflexão acerca das práticas da população pobre urbana de Florianópolis na década de 1930 em relação ao seu *habitat*. Essa documentação, composta sobretudo de autos (com longos interrogatórios) e de relatórios, contém um grande montante de informações sobre a temática. Isto se deve ao fato das autoridades judiciárias considerarem as condições de moradia como um item de suma importância para o bem estar do “menor” na época. Estas poderiam inclusive desencadear o processo de intervenção realizado pelos representantes do Estado nas famílias “despossuídas” do município. Consideramos importante deixar claro para o leitor que não pretendemos desvelar os significados atribuídos pelas pessoas pobres para os seus espaços na cidade, mas sim esboçar uma outra visão acerca do tema fornecida pelos grupos dominantes. Nossa interpretação, conjuntamente com outras produzidas por historiadores, geógrafos, arquitetos, etc., a partir de evidências e aportes teórico-metodológicos diferentes, poderá contribuir para a análise de alguns problemas enfrentados por esses grupos sociais na atualidade, uma vez que parte dos mesmos adquirem os seus contornos iniciais no período.

OS LOCAIS DE MORADIA NA CIDADE

A transformação de Desterro em Florianópolis, ou seja, da considerada cidade colonial para uma urbe norteadada por padrões burgueses teve seu início a partir da metade do Dezenove e tomou maior vulto nas primeiras décadas do século XX.² Esse processo implicou, conforme Hermetes Araújo dos Reis, em um conjunto de ações “fragmentárias e descontínuas” que se deram no âmbito do urbano, do político e do cultural. A historiadora Sandra Jatahy Pesavento explicita porque os pobres da cidade eram percebidos como de fundamental importância nesse movimento que se processou nos principais centros urbanos do Brasil na época:

(...) no momento do final do século, a visibilidade dos indesejados se impõe. Pela sua presença crescente, pela sua expressão quantitativa e pela ameaça de, qualitativamente, destruírem ou ameaçarem o padrão civilizacional desejado, eles tornam-se perigosos. Passam a ser nomeados como alvo de uma batalha sem tréguas, pois são o inimigo na *trincheira*. Começam a ser chamados de *indivíduos ou elementos*, por oposição aos *homens de bem*; se nomeados, o prenome vem seguido por um de tal. (...) A figura do *mau pobre* se constrói em termos da exposição de uma figura inquestionável pela sua força expressiva. Se miserável, esta condição é decorrência da vagabundagem. Ou seja, ele é aquele que resiste à integração social, que não trabalha porque não quer, não se submete porque não teme, de onde vem a ser, seguramente, uma ameaça à sociedade.³

É consenso na historiografia catarinense que, durante um longo período, as populações pobres de Desterro e depois de Florianópolis, fossem elas brancas ou negras, habitavam sobretudo nas regiões da cidade denominadas de Toca (atualmente situada na área entre os Hospitais de Caridade e Hospital Militar), Tronqueira (situada em torno das atuais ruas General Bittencourt, Oswaldo Melo e Júlio Moura) e Figueira (situada nas adjacências da atual rua Conselheiro Mafra).⁴ Essas pessoas que residiam em casas térreas na Toca e na Figueira ou em habitações coletivas na Tronqueira, eram descritas, de maneira geral, pelos arautos da Civilização como amorais e pouco asseadas.

Mas, à diferença dos grandes centros % onde a figura do pobre foi, basicamente, em dois níveis associada a um perigo urbano: pela potência de provocar agitações e revoltas e pela propagação de doenças % em Desterro não se apresentava à

possibilidade de grandes focos de tensão que pudessem perturbar seriamente a ordem social burguesa que se instaurava na cidade. Na capital, a associação entre pobreza e desarranjo social passou muito mais pelas considerações acerca desse segundo nível, ou seja, àquele que vinculou estreitamente a população pobre com a doença, dando novos contornos às imagens destes segmentos sociais.⁵

De acordo com Hermetes Reis de Araújo, ao longo das três primeiras décadas do século XX, o movimento sanitarista florianopolitano atuou de forma concomitante em diferentes planos. Nos periódicos e em obras literárias produzidas no período, constatamos a veiculação de discursos que preconizavam a necessidade da “regeneração” da população pobre. Esses discursos, por sua vez, referendavam as políticas públicas de caráter Higienista, tais como as freqüentes inspeções sanitárias aos domicílios e também as intervenções urbanísticas que estavam sendo implementadas na cidade. Segundo o autor, “o movimento de reformas urbanas e sanitárias atingiu seu ponto culminante a partir de 1919, quando reorganizou-se a Diretoria de Higiene e iniciou-se a construção da primeira avenida da capital, a Avenida Hercílio Luz, cuja denominação originalmente prevista era de ‘Avenida do Saneamento’”.⁶ Essa via pública foi construída entre 1919 e 1922 em grande parte dos terrenos que compunham os bairros da Tronqueira e da Toca. Se, por um lado, a edificação da Avenida Hercílio Luz significou uma melhoria das condições sanitárias das regiões centrais da cidade, especialmente em função da canalização do riacho da Bulha, por outro, os moradores da Toca e da Tronqueira foram obrigados a se instalarem nas encostas do maciço onde inexistia qualquer tipo de infra-estrutura urbana e as doenças tropicais “grassavam soltas”. Para a historiadora Roselane Neckel, “o saneamento, mais do que uma forma de melhorar condições de saúde e higiene da cidade, foi uma maneira de segregar técnica e objetivamente a população pobre”.⁷

Nos anos de 1930, o esquadrinhamento do espaço urbano de Florianópolis, segundo os padrões burgueses, continuava em curso, uma vez que 69% das famílias consanguíneas dos infantes considerados “abandonados” pelas autoridades judiciárias habitava na região do maciço.⁸ A ocupação dos terrenos do maciço parece ter ocorrido a partir de três movimentos distintos. As mães e pais afrodescendentes ou descendente de açorianos e madeirenses, cujos antepassados habitavam na Ilha de Santa Catarina a longa data, moravam sobretudo entre a rua Laura Caminha Meira e a rua Silva Jardim (na atualidade as ruas permanecem com o mesmo nome). Essa população, como afirmamos, já residia no local ou havia sido expulsa das regiões centrais da cidade quando a Avenida Hercílio Luz foi erigida na década de 1920.⁹



Mapa 1: Localização da área central de Florianópolis

Fonte: Marinha do Brasil (com modificações)

Em alguns processos as autoridades judiciárias ao registrarem o endereço das partes ou testemunhas anotavam ao lado da rua Silva Jardim a expressão “Morro do Mocotó”. Esse indício presente na documentação revela-se importante, pois nem sempre havia alguma referência à origem étnica ou a cor dos indivíduos nos autos. Na década de 1930, as camadas médias e a elite

florianopolitana, como também os afro-descendentes, consideravam o Morro do Mocotó como um “território de negros”.¹⁰ Para a historiadora Maria das Graças Maria, esses territórios constituíam-se em espaços da cidade que “além da presença dos cidadãos negros também foram resultado das impressões simbólicas deixadas por aqueles sujeitos históricos de descendência africana. (...) Tais lugares marcados foram alvo de controle rígido dos poderes autorizados, do preconceito racial e social, e de conflitos étnicos”.¹¹ A referência ao logradouro nos papéis que compunham os autos indicava que aquelas pessoas além de pobres eram também afro-descendentes.

Os migrantes oriundos do interior do Estado, tal como Alfredo e sua esposa, que estavam chegando na cidade na década de 1930 instalavam-se, de preferência, nas ruas Lages (atual rua General Vieira da Rosa), Curitiba-nos (atual rua Clemente Rovere), Chapecó (atual rua Padre Schrader) e Nova Trento (atual rua João Carvalho). Os lotes da rua Chapecó e rua Nova Trento que avançavam pela encosta eram mais afastados do centro da cidade. A arquiteta Sonia Afonso afirma que o povoamento dessas áreas do maciço por famílias pobres se deu através da comercialização a baixo preço de terrenos das antigas chácaras existentes na região e da ocupação de terras pertencentes ao governo.¹² No que tange a este último processo, a pesquisadora não esclarece se essas áreas pertenciam ao poder público municipal, estadual ou federal. Para a autora, o traçado das ruas e servidões que foram surgindo no maciço seguiam dois padrões: “perpendiculares às curvas de níveis e em ‘Z’, oblíquas às mesmas, conforme os antigos caminhos que atravessavam a encosta de um lado a outro”.¹³

Os nomes utilizados pelas autoridades judiciárias para designar os logradouros onde moravam os migrantes sugerem sobre o local de procedência dos mesmos, ou seja, o Vale do Rio Tijucas e as regiões do Planalto Serrano e do Oeste. Muitas dessas pessoas dirigiam-se para a capital catarinense provavelmente em busca de melhores condições de vida. A viúva Odete realizara tal “empreitada”. A mulher transferira-se da cidade de Tijucas para Florianópolis em 1932. Esta deixara seu filho de 11 anos em Tijucas, sob os cuidados do senhor Cantalício, porque “não possuía dinheiro suficiente para pagar-lhe a passagem de ônibus”. Quatro anos depois, Odete resolveu “reaver seu filho”; contudo, não o encontrava porque o senhor Cantalício escondia o rapaz em diferentes lugares da localidade. Odete, argumentando que era miserável e que necessitava dos préstimos do filho, solicitou, então, ao Juiz de Menores que fosse expedido um Mandado de Busca e Apreensão de Menor. A autoridade judiciária assim o fez e o rapaz acabou sendo entregue, em setembro de 1936, pelo Oficial de Justiça Orlando Cysne, para a sua mãe.¹⁴

Houve ainda um contingente de pessoas pobres de todas as regiões do Estado que migrou para Florianópolis para ficar mais próximo de um marido, pai ou filho que estava detido na Penitenciária Estadual da Pedra Grande.¹⁵ A maioria dessa população instalava-se nas proximidades da instituição penal, isto é, em terrenos da encosta do maciço situado no atual bairro da Agrônômica. Segundo Maristela Fantin, a ocupação desses terrenos, de uma forma sistemática, teve o seu início nos anos de 1950; todavia, entendemos que esse processo teve a sua gênese no final da década de 1930.¹⁶ Algumas famílias transferiam-se de vez para Florianópolis, no caso de condenações a penas longas. Outras vinham para ficar apenas um curto período de tempo, mas acabavam se estabelecendo na capital quando os seus membros conseguiam trabalho. Esse era o caso do sentenciado Teobaldo e sua amásia Berta. A senhora Celina, que acolheu em sua morada a mulher e o filho do casal, narrou para as autoridades judiciárias o que se passou com os mesmos ao chegarem na cidade em 1936:

(...) que conhece o menor *Moisés*, filho de *Teobaldo e Berta*, que a referida creança aqui chegou em companhia de seus paes, há uns três ou quatro meses, mais ou menos, quando seu pae *Teobaldo* deu entrada na Penitenciária da “Pedra Grande” para cumprimento de sentença imposta por comarca do interior do Estado, que em conseqüência disso a mãe da creança tem estado com imensas dificuldades para conseguir o sustento dela e de seu filho; que a depoente os têm auxiliado na medida do possível, o que porém não chega, como é natural para sustentar o estado de indigência que se encontra a mulher e o filho; que atualmente *Berta* resolveu empregar-se o que porém não consegue em vista de não ter um lugar para deixar a creança.¹⁷

Berta, para poder estar perto de seu amásio Teobaldo, que ficaria detido na Penitenciária da “Pedra Grande” por aproximadamente cinco anos, foi trabalhar como empregada doméstica.¹⁸ Para exercer essas atividades que garantiam a sua subsistência, a mulher teve que transferir o pequeno Moisés para a casa de uma outra família. A guardiã do menino, Dona Cecília, residia no distrito de João Pessoa (atual bairro do Estreito). Em 1942, através de um ofício emitido pelo advogado Aldo Ávila da Luz, Teobaldo informou ao Juiz de Menores que já “estava em condições de cumprir os deveres inerentes ao pátrio poder”. Nessa data, o homem exercia o ofício de alfaiate em um estabelecimento comercial da cidade. O garoto, então com 7 anos, foi entregue ao seu pai, que permanecera morando em Florianópolis.

Apenas 10% dos progenitores dos menores considerados abandonados residia nas ruas General Bittencourt e na rua Conselheiro Mafra (ambas permanecem com os mesmos nomes na atualidade). Esse pequeno contingente populacional provavelmente ainda permanecia morando nas áreas que constituíam os antigos “bairros” da Figueira e da Tronqueira. As demais famílias dos infantes encontravam-se espalhadas pelos diversos Distritos do município (Santo Antonio, Ratoles, Ribeirão da Ilha, Lagoa da Conceição, Saco dos Limões, Costeira do Pirajubaé, Trindade, Saco Grande e Carvoeira). Constatamos então que o projeto civilizador dos primeiros republicanos catarinenses, em grande parte, obtivera resultados positivos, pois, na década de 1930, a população cidadina pobre branca e a maioria dos afro-descendentes não mais habitava na região central de Florianópolis.

Além dos fatores enunciados, um outro contribuía para que esta população se instalasse em outras áreas da urbe: o baixo rendimento auferido por essas pessoas no seu labor diário os impedia de alugar casas edificadas em terrenos do centro da cidade. A renda mensal obtida pelos pais consangüíneos dos menores “abandonados” girava entre 100 mil réis e 200 mil réis enquanto que a das mães consangüíneas não ultrapassava 50 mil réis.¹⁹ De acordo com o que informa o Censo de 1940, na capital catarinense, um inquilino proveniente dos estratos médios desembolsava em torno de 220 mil réis para morar em uma residência situada no considerado perímetro urbano.²⁰ A viúva Isolda, cujos dois filhos consangüíneos Ernani e Orlando foram declarados abandonados quando esta transferiu-se de Biguaçu para Florianópolis pagava, por exemplo, 35 mil réis pelo aluguel de uma casa localizada em uma região bastante afastada do centro da cidade no período, o Saco Grande.²¹

AS CONDIÇÕES DE MORADIA DAS FAMÍLIAS POBRES.

As condições de moradia das famílias dos menores considerados abandonados eram registradas sobretudo na rubrica “Meio Familiar/Habitações” do relatório médico pedagógico, na rubrica “Domício atual e precedente” do relatório feito pelos Comissários de Vigilância e no “Auto de Perguntas” levado a cabo pelo Juiz de Menores. Esses três relatórios estavam presentes somente nos autos cujas crianças ou jovens haviam cometido alguma infração. Eventualmente, nos pareceres dos Comissários de Vigilância e nos depoimentos das testemunhas e dos progenitores consangüíneos existentes nos Autos de Abandono Administrativo de Menor e nos de Busca e Apreensão de Menor, também encontramos alguns dados esparsos sobre o tema. Nesses diferentes tipos de documentos, todavia, não vislumbramos as percepções que essas pessoas ti-

nam do seu *habitat*, mas sim as visões que as autoridades judiciárias possuíam em relação à moradia dos pobres. De maneira geral, o Juiz de Menores, o Médico do Juizado e os Comissários de Vigilância analisavam esse contexto material e simbólico pautados nos preceitos médico-higienistas e nos valores da família nuclear burguesa. De acordo com Jurandir Freyre Costa, “a medicina, ao se impor como técnica de regulação do contato entre indivíduos e família, cidade e Estado, teve na casa um dos maiores aliados”.²² Visando exemplificar o que afirmamos, transcreve-se abaixo, as questões da rubrica “Meio Familiar/Habitações” que eram respondidas pelo Médico do Juizado tendo em vista as suas observações realizadas nesses lares.²³

Habitações.

Número de cômodos e de pessoas.

A creança dormia só em um aposento?

Condições higiênicas dos quartos.

Quem tem na família a autoridade moral?

Quem se incumbem da creança?

Castigos corporais?

Estado moral dos pais ou tutores?

Estado moral dos parentes na casa?

As autoridades judiciárias geralmente utilizavam as palavras “más” ou “regulares” quando se reportavam as condições de moradia das famílias dos jovens e das crianças transferidos para outros lares. O primeiro caso, isto é, as condições “más”, referiam-se a um conjunto de situações que, segundo o Juiz de Menores, o Médico do Juizado e os Comissários de Vigilância, poderiam gerar graves danos para a vida futura dos infantes: “ausência” de higiene no que tange aos cômodos da casa, o menor dividia o aposento onde dormia com pessoas adultas (parentes consangüíneos ou conhecidos) e o chefe da família era a mãe consangüínea. Nas condições de moradia identificadas como “regulares” apenas uma ou duas das situações consideradas “de risco” estavam presentes. Essas informações sobre o “Meio Familiar/Habitações” dos “abandonados” eram cotejadas com outras presentes nos relatórios sociais referentes aos “Antecedentes Pessoais”, “Meio Profissional”, “Exame Físico”, “Reflexos Pupilares”, “Exame Intelectual”, “Exame Escolar” e “Caráter e Perversões”.

Sabemos que os conceitos de limpeza e sujeira são relativos e, como inferimos, o discurso emitido pelos representantes do Poder Judiciário nos anos de 1930 expressava a percepção médico-higienista vigente em relação à temática. Os outros considerados dois problemas diziam respeito à introdução da norma familiar burguesa, ou seja, o controle da sexualidade infantil, a constru-

ção de uma noção de intimidade e os “papéis” que homens e mulheres deveriam desempenhar no interior da família. Observamos que em nenhum dos relatórios ou dos arrazoados, as dificuldades econômicas enfrentadas por essa população pobre no dia-a-dia, assim como a falta de infra-estrutura urbana básica eram arrolados como argumentos para justificar porque tais situações e “problemas” se sucediam.²⁴

Como afirmamos anteriormente, a população pobre de Desterro/Florianópolis no início do século XX, residia em casas térreas ou em habitações coletivas, estas últimas chamadas pelas elites da época de “cortiços”.²⁵ Nos anos de 1930, pessoas, como Antenor e sua esposa, moravam em casas que tinham entre dois e quatro cômodos. Um desses cômodos possivelmente era utilizado, de forma concomitante, como cozinha e área de convívio enquanto que os demais eram dormitórios. Em muitos casos os menores dormiam no mesmo quarto que os adultos em camas separadas ou então no mesmo leito.²⁶ Constatamos uma mudança em relação ao período anterior, pois segundo a historiografia, as habitações populares no Brasil geralmente possuíam apenas um cômodo onde eram executadas as diversas atividades cotidianas.²⁷ As fotos do Morro do Mocotó da época mostram que essas moradias eram construídas muito próximas umas das outras e que o material utilizado na execução das mesmas era predominantemente a madeira.²⁸

Essas habitações eram desprovidas da chamada infra-estrutura urbana básica presente em muitas residências da camada média florianopolitana na época: água encanada, luz elétrica e de um sistema de esgoto. A chamada “casinha”, ou seja, onde se localizavam as instalações sanitárias, deveria ficar um pouco afastada da residência. Geralmente as crianças e os jovens respondiam “sim” à indagação do Juiz de Menores, feita no “Auto de Perguntas”, quanto ao costume diário de “tomar banho, lavar o rosto e pentear-se”. Todavia, nos outros relatórios sociais verificamos que os banhos dos infantes não eram diários, mas sim esporádicos e se davam em bacias e, eventualmente, na orla marítima. Os menores, de forma unânime, informavam ao magistrado que não escovavam os dentes, inclusive, porque não possuíam escovas.²⁹

Segundo o Recenseamento Geral de 1940, havia na capital catarinense, no período, seis domicílios coletivos e trinta e dois que foram identificados como mistos.³⁰ Possivelmente esses domicílios mistos constituíam-se nas chamadas pensões existentes nas áreas centrais da cidade, especialmente, na rua Conselheiro Mafra. Nesse período, existiam em Florianópolis dois tipos de pensões freqüentadas pela população pobre: as remanescentes dos antigos “cortiços” e as que eram utilizadas como “casas de prostituição”.³¹ Entre as mulheres e

homens, cujos filhos foram declarados abandonados, apenas o pai consangüíneo Gregório afirmou que morava em uma dessas “casas de quartos” denominada, na época, de “Pensão Kovolski”.³² Constatamos então que na década de 1930 a maior parte das pessoas pobres já não mais residia em habitações coletivas. O discurso dos primeiros republicanos que propalava o desaparecimento desse tipo de habitações tornara-se uma realidade.

A AVENIDA MAURO RAMOS: OS “TRABALHADORES DO BRASIL” EM CENA.

Nos primeiros dias do mês de maio de 1937, as irmãs Maria Riça e Acácia andavam pelas ruas do centro de Florianópolis pedindo, com suas vozes juvenis, aos transeuntes: % “uma esmolinha por favor, uma esmolinha por favor”! O Comissário de Vigilância Nilo Jacques Dias foi comunicado do que se passava e, quando as duas meninas, que tinham dez e treze anos respectivamente, transitavam pela rua Conselheiro Mafra, as apreendeu. As menores, no mesmo dia, foram conduzidas até a sala de audiências no Palácio da Justiça e entregues pelo Juiz de Menores a sua mãe consangüínea Esmeralda. Além disso, esta “sob as penas da lei”, foi intimada a “velar melhor” pelas filhas. A mulher prometeu ao magistrado que cumpriria o que lhe era solicitado.³³

Um grande número de infantes pobres, como as meninas Maria Rita e Acácia, nos anos de 1930, circulavam pelas ruas da capital catarinense vendendo doces, bilhetes de loteria, frutas, etc. ou, então, mendigando sozinhos.³⁴ Mas não era somente para as crianças e para os jovens que as vias públicas das áreas centrais da cidade constituíam-se em espaços de trabalho. Pais consangüíneos dos menores considerados abandonados vendiam alimentos e bilhetes de loteria, como também labutavam no Mercado Público e nos trapiches existentes no cais do porto como carregadores. Mães consangüíneas, por sua vez, andavam pelas ruas e servidões da urbe em busca de esmolas.³⁵ Havia ainda aquelas que exerciam o ofício de lavadeira. Possivelmente a lavagem das roupas não era realizada por essas mulheres nas zonas centrais da urbe, pois, no período, grande parte dos córregos existentes na região, inclusive o riacho da Bulha, já havia sido canalizada.

Além das pessoas que tinham as vias públicas como o seu espaço de trabalho, uma parcela significativa desses homens e mulheres que residiam no maciço necessitavam dirigir-se ao centro da cidade para exercer o seu labor diário. A maior parte dessa população, adulta ou infantil, em seus deslocamentos até os locais de trabalho situados nas áreas centrais de Florianópo-

lis, a partir do final dos anos de 1930, era obrigada a percorrer algum trecho da via pública que estava sendo construída, a Avenida Mauro Ramos. De maneira geral, arquitetos, geógrafos e historiadores inserem a construção da Avenida Mauro Ramos no processo de modernização e de implementação dos valores burgueses no espaço urbano de Florianópolis que se inicia nos primórdios do século XX.³⁶

Uma das intervenções do governo no plano urbano que mais influência teve sobre a cidade foi a abertura da Avenida Mauro Ramos nos anos quarenta. Seu início se deu na área do antigo Forte São Luiz, terminando no Largo Treze de Maio, chamado hoje praça da Bandeira, já então completamente aterrada, num longo processo que tivera seus albos na metade do século XIX. A avenida Mauro Ramos absorveu algumas ruas existentes, cuja orientação na base do morro prosseguiu, extinguindo ruelas e becos nas imediações do quartel onde se encontra o Instituto de Educação. Os ocupantes dessas artérias marginais mudaram-se para o morro ou para o Estreito, como parte do processo que dirigiu a adaptação da camada da população mais pobre (...).³⁷

A avenida Mauro Ramos, erigida durante o período do Estado Novo, na administração do prefeito Mauro Ramos, foi considerada, na época, como uma “obra de visionário”, uma vez que, do ponto de vista urbanístico, promoveu a ligação entre as baías Sul e Norte.³⁸ Conforme afirma Victor Peluso Júnior, as populações pobres que habitavam nas adjacências da baía Sul, durante a construção da via pública, foram deslocadas para o morro e para a região do Estreito. Possivelmente, é em função da “expulsão” dessas pessoas pobres daquelas áreas, que os referidos autores associam, como parte de um mesmo processo, a construção da avenida e a modernização burguesa da capital das duas primeiras décadas do século XX. Porém como também infere o referido geógrafo, o traçado da avenida Mauro Ramos contorna a base do maciço. Consideramos essa questão, mencionada *en passant* pelos diversos pesquisadores, como de suma importância, pois “coloca em cena” a existência da população pobre cidadina de Florianópolis a partir de um outro foco.

De acordo com a cientista política Maria Celina D´Araujo, para os ideólogos e administradores públicos do governo revolucionário de 1930 e, depois, do Estado Novo, os pobres, especialmente os urbanos, paulatinamente tornaram-se os “trabalhadores do Brasil”. Para a autora, no primeiro governo Var-

gas (1930-1945) processava-se no país a mudança “de uma economia tipicamente rural para uma urbano-industrial, numa perspectiva de desenvolvimento econômico orientada por um Estado de recorte corporativista”.³⁹ Nesse contexto, os grupos populares urbanos passaram a ter um papel fundamental, pois constituíam a chamada “classe trabalhadora”, responsável pelo labor nas fábricas, nos portos, nas casas de comércio, etc. As “imagens” desses habitantes da cidade como preguiçosos, indolentes e perigosos, veiculadas pelas elites na República Velha, são substituídas pelas representações sociais, agora ressemantizada, dos “trabalhadores do Brasil”. Essas “novas imagens” são difundidas pelos intelectuais e jornalistas ligados ao grupo que governava o país, preferencialmente através dos meios de comunicação de massa, da escola e da literatura.⁴⁰ O historiador Jorge Ferreira comenta sobre o porquê dessa alteração verificada no plano do simbólico.

De acordo com a doutrina estatal varguista, o meio de superar a pobreza individual e coletiva era pela valorização do trabalho, permitido, assim a melhoria de vida do conjunto da sociedade. Segundo o projeto trabalhista, diz Angela de Castro Gomes, o trabalhador, embora pobre, era bom e honesto, merecendo por isso o amparo e a proteção do Estado. Como um direito e um dever, por meio do trabalho, o operário seria elevado à condição de cidadão, com as garantias das leis trabalhistas. Cidadania e trabalho, portanto, tornaram-se expressões complementares.⁴¹

O conjunto das políticas sociais, bem como as intervenções urbanísticas preconizadas no período em Florianópolis levariam em conta esse “novo” sujeito.⁴² Sendo assim, compreendemos que a construção da Avenida Mauro Ramos inaugura uma outra etapa do processo de modernização do espaço urbano da capital catarinense. Essa etapa não se caracterizaria pela chamada inclusão social das camadas populares que habitavam no maciço, mas sim por um lento movimento de integração regulada apenas em parte pelos poderes públicos e que não objetivava a alteração integral do *status quo* dessa população.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ Devido aos autos emitidos pelo Juizado de Menores da Comarca de Florianópolis transcorrerem em segredo de Justiça, os nomes e apelidos dos envolvidos nos processos, com exceção das autoridades judiciárias, são fictícios. Nas citações literais dos documentos, os nomes destacados em itálico também são fictícios. É importante observar que essas pessoas possuíam nome e sobrenome. Autos de Aban-

dono Administrativo de Menor, número. 43, 15.10.1936, Arquivo da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Florianópolis (AVIJCF).

² Sobre como se configurava a chamada cidade colonial no plano espacial, político e cultural ver: BICALHO, Maria Feranda. A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma outra cidade. O mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 13.

⁴ Ver por exemplo: CABRAL, Oswaldo R. História de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Laudes, 1970 p. 109. ARAÚJO, Hermetes R. A invenção do litoral. Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História), Pontífice Universidade Católica/SP, p. 85-86. NECKEL, Roselane. A república em Santa Catarina. Modernidade e exclusão. (1889-1920). Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. p. 66.

⁵ ARAÚJO, 1989, op. cit., p. 82-83.

⁶ ARAUJO, Hermetes Reis de. Fronteiras internas. Urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20. In: BRANCHER, Ana (Org.) História de Santa Catarina. Estudos Contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 110-111.

⁷ NECKEL, 2003, op. cit., p. 91.

⁸ Cifra obtida através da análise dos Autos de Abandono Administrativo de Menores emitidos pelo Juizado de Menores da Comarca de Florianópolis entre 1936 e 1940.

⁹ Sobre essa temática ver também o seguinte estudo: MARIA, Maria das Graças. Imagens invisíveis de Áfricas presentes. Experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940). Florianópolis, 1997, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁰ MORTARI, Cláudia. CARDOSO, Paulino de Jesus. Territórios negros em Florianópolis no século XX. In: BRANCHER, Ana (Org.) História de Santa Catarina. Estudos Contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 93.

¹¹ MARIA, 1997, op. cit., p. 125.

¹² AFONSO, Sonia. Urbanização de encostas. A ocupação do Morro da Cruz. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), Universidade de São Paulo, p. 116.

¹³ Ibid., p. 116.

¹⁴ Autos de Busca e Apreensão de Menor, número 31, 28.08.1936, AVIJCF.

¹⁵ Sobre a população detida na Penitenciária Estadual da Pedra Grande ver os seguintes estudos: POEYER, Viviani. Penitenciária Estadual da Pedra Grande: um estudo sobre a política de combate a criminalidade em Florianópolis entre 1935-1945. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina. MIRANDA, Antonio. A penitenciária de Florianópolis: de um instrumento da modernidade a utilização por um estado autoritário. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁶ Sobre o processo de ocupação da parte do maciço chamado atualmente pela população da cidade de "Morro do Horácio" situado no atual bairro da Agrônômica ver: FANTIN, Maristela. Construindo cidadania e dignidade. Experiências populares de educação e organização no Morro do Horácio. Florianópolis: Insular, 1997.

¹⁷ Autos de Abandono Administrativo de Menor, número. 76, 27.01.1937, AVIJCF.

¹⁸ A pesquisadora Teresa Kleba Lisboa constatou que parte das mulheres migrantes entrevistadas, que possuíam entre 92 e 26 anos, e moravam na região do maciço conhecida como "Morro do Horácio" deslocou-se para Florianópolis em função de um parente que estava preso na Penitenciária Estadual. Ver: LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, classe e etnia. Trajetórias de vida de mulheres migrantes. Chapecó/Florianópolis: Argos/Editora da UFSC, 2003. p. 66-77.

¹⁹ Sobre as profissões e salários auferidos por esses homens e mulheres ver: AREND, Sílvia Maria Fávero. *Filhos de Criação: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930)*. Porto Alegre, 2005. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 101, 102 e 145.

²⁰ IBGE. Censo demográfico, população e habitação; censos agrícola, industrial, comercial e dos serviços; Recenseamento Geral do Brasil, 1o de setembro de 1940, Rio de Janeiro, 1951. (Série regional, 19, Santa Catarina). p. 185.

²¹ Autos de Abandono Administrativo de Menor, número 272, 06.01.1938, AVIJCF.

²² COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 110.

²³ Auto de Informações relativas ao menor N.S., número 156, 18.07.1937, AVIJCF.

²⁴ Na atualidade, as condições de moradia das famílias pobres urbanas permaneceram sendo consideradas como de suma importância pelas autoridades judiciárias. De maneira geral, as Assistentes Sociais que trabalham na instituição dão início aos seus relatórios sociais descrevendo as condições de habitação dessas pessoas.

²⁵ Sobre as representações sociais construídas pelas elites brasileiras acerca dessas habitações populares chamadas de "cortiços" ver: PESAVENTO, 2001, op. cit., p. 94-125.

²⁶ Autos de Abandono Administrativo de Menor, número 180, 09.07.1937, AVIJCF.

²⁷ LEMOS, Carlos. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989, p. 10.

²⁸ MARIA, 1997, op. cit., p. 50.

²⁹ Autos de Processo Crime, número 78, 21.01.1937, AVIJCF.

³⁰ IBGE. Censo demográfico, população e habitação; censos agrícola, industrial, comercial e dos serviços; Recenseamento Geral do Brasil, 1o de setembro de 1940, Rio de Janeiro, 1951. (Série regional, 19, Santa Catarina).

³¹ Sobre as pensões utilizadas como "casas de prostituição" no centro de Florianópolis ver o seguinte estudo: PEREIRA, Ivonete. *As décadas. Prostituição em Florianópolis (1900 - 1940)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

³² Autos de Abandono Administrativo de Menor, número 290, 26.01.1938, AVIJCF.

³³ Autos de Apreensão de Menor encontrada Mendigando, número 136, 05.05.1937, AVIJCF. Autos de Apreensão de Menor encontrada Mendigando, número 135, 05.05.1937, AVIJCF.

³⁴ Autos de Portaria do Juízo de Menores, Proibindo a venda de bilhetes de loteria por menores de 18 anos e dando outras providências, número 111, 23.03.1937, AVIJCF.

³⁵ Sobre as progenitoras que mendigavam pelas ruas da urbe ver os seguintes processos: Autos de Abandono Administrativo de Menor, número 28, 17.08.1937, AVIJCF. Autos de Abandono Administrativo de Menor, número 222, 14.10.1937, AVIJCF.

³⁶ Ver os seguintes estudos: VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: Memória urbana*. Florianópolis: Editora da UFSC/Fundação Franklin Cascaes, 1993. Especialmente o capítulo IV onde a autora discute "as tentativas de modernização da capital". PELUSO JUNIOR, Víctor. O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 3a fase, n.3, p. 7- 54, 1981*. COSTA, Sandro da Silveira. *Ponte Hercílio Luz: mutações urbanas em uma cidade insular (1890 - 1960)*. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

³⁷ PELUSO JÚNIOR, 1981, op. cit., p. 14 -15.

³⁸ Mauro Ramos foi nomeado prefeito de Florianópolis pelo interventor estadual e seu irmão Nereu Ramos. O administrador governou o município entre 19 de julho de 1937 e 03 de dezembro de 1940. Entre as suas principais realizações no plano urbanístico, destaca-se o alargamento da Rua Felipe Schmidt, a principal da cidade na época, e a construção da avenida que leva o seu nome. Cf. RAMOS FILHO, Celso. *Coxilha rica. Genealogia da família Ramos*. Florianópolis: Insular, 2002.

³⁹ D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Org.) O Brasil republicano. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 215.

⁴⁰ Sobre esse processo de positivação do "popular" efetuado pelos intelectuais ligados ao bloco de poder que governava o país no período ver: VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Org.) O Brasil republicano. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 145 - 179.

⁴¹ FERREIRA, Jorge. Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 31.

⁴² D'ARAUJO, 2003, op. cit., p. 213 - 239.